operações forem inerentes à execução de contratos que as mesmas sociedades tiverem sido autorizadas a celebrar.

3 — Os meios de pagamento sobre o exterior obtidos em resultado das operações referidas no n.º 1 do presente aviso deverão ser cedidos pelas sociedades de investimento ao Banco de Portugal, na mesma data de valor em que são postos à sua disposição.

O Banco de Portugal venderá às sociedades de investimento os meios de pagamento sobre o exterior necessários às liquidações decorrentes das responsabilidades em moeda estrangeira constituídas pelas mesmas em resultado das operações referidas no anterior n.º 1, de acordo com as autorizações para o efeito concedidas.

4 — Fica revogado o aviso do Banco de Portugal de 12 de Dezembro de 1979, publicado no *Diário da República*, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1980.

Ministério das Finanças e do Plano, 12 de Março de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

Serviços Sociais da Guarda Fiscal

Portaria n.º 314/81

de 2 de Abril

Tendo em vista as disposições do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, o seguinte:

1.º É autorizado o conselho administrativo dos Serviços Sociais da Guarda Fiscal a celebrar um contrato com a Supeguil — Sociedade Técnica de Construções, L.ª, para a execução da empreitada de construção de cinco fogos em Campo Maior pelo valor global de 6 380 710\$.

2.º — 1 — Os encargos resultantes da execução do contrato referido no n.º 1.º serão liquidados de acordo com o seguinte plano:

Em 1981 — até 5 000 000\$;

Em 1982 — 1 380 710\$.

2 — A importância fixada para o último ano será acrescida do saldo apurado no ano que lhe antecede.

Ministério das Finanças e do Plano, 13 de Março de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Portaria n.º 315/81

de 2 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Orçamento, nos termos do artigo 15.º do Código do Imposto de Mais-Valias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46 373, de 9 de Junho de 1965, que para efeitos de determinação da matéria colectável do imposto de mais-valias se apliquem aos

bens de que trata o n.º 2.º do seu artigo 1.º, alienados em 1981, e aos bens referidos nos n.ºs 1.º e 3.º do mesmo artigo, alienados posteriormente à publicação da presente portaria, os coeficientes seguintes:

Anos	Coeficientes	Anos	Coeficientes
Até 1900	436,40	1943	9,40
1901 a 1903	445,35	1944 a 1950	8,00
1904 a 1910	414,50	1951 a 1957	7,35
1911 a 1914	397,60	1958 a 1963	6,90
1915	354,20	1964	6,60
1916	289,50	1965	6,40
1917	230,65	1966	6,10
1918	169,55	1967 a 1969	5,70
1919	126,35	1970	5,28
1920	83,50	1971	5,04
1921	54,50	1972	4,71
1922	40,35	1973	4,28
1923	24,60	1974	3,28
1924	20,80	1975	2,81
1925 a 1936	17,90	1976	2,35
1937 a 1939	17,35	1977	1,81
1940	14,55	1978	1,41
1941	12,85	1979	1,11
1942	11,10	1980	1

Secretaria de Estado do Orçamento, 17 de Março de 1981. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Gabinete do Secretário de Estado

Despacho Normativo n.º 105/81

Considerando que, pelo Despacho Normativo n.º 282/80, de 5 de Agosto, a globalidade da verba de aumentos de capital, no montante de 2 012 000 contos, a distribuir pelo Ministério das Finanças e do Plano nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 215/80, de 9 de Junho, foi integralmente afecta a capital estatutário do IPE — Instituto das Participações do Estado, E. P.;

Considerando a necessidade de ocorrer a aumentos de capital de outras empresas, o Ministro das Finanças e do Plano determina:

Reduzir de 271 511 053\$50 o montante de capital estatutário atribuído ao IPE — Instituto das Participações do Estado, E. P., pelo referido Despacho Normativo n.º 282/80.

Ministério das Finanças e do Plano, 12 de Março de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

Despacho Normativo n.º 106/81

O artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, estabeleceu a possibilidade de o director-geral do Tesouro, por conveniência de serviço e mediante acordo expresso dos interessados e parecer favorável do respectivo superior hierárquico, deslocar pessoal do quadro geral das tesourarias da Fazenda Pública do respectivo local de trabalho para desempenhar funções compatíveis com a sua categoria, por período não superior a um ano, com direito às re-

munerações inerentes ao lugar de origem, às ajudas de custo e a transporte correspondente ao início e ao fim da deslocação.

O artigo 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, estabeleceu a possibilidade de o director-geral do Tesouro nomear tesoureiros-gerentes interinos, quando tal se revele necessário para assegurar a normal regularidade do serviço, de entre tesoureiros-ajudantes de qualquer categoria estranhos à tesouraria da Fazenda Pública em causa, sempre com a concordância dos interessados e com direito a ajudas de custo e a transporte no início e fim do provimento interino.

Considerando, porém, que se suscitam dúvidas sobre o âmbito das ajudas de custo devidas nas situações acima referidas, determino, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, o seguinte:

1 — As ajudas de custo a que se referem os artigos 5.º, n.º 1, e 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, são devidas durante o período correspondente ao da deslocação ou do provimento interino, consoante os casos.

2 — Somente o transporte a que se referem os artigos 5.º, n.º 1, e 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, é devido apenas em relação ao início e ao fim da deslocação ou do provimento interino, consoante os casos.

3 — O presente despacho considera-se, para todos os efeitos, como norma interpretativa dos artigos 5.º, n.º 1, e 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 223/80, de 12 de Julho, ficando em tudo sujeito ao disposto no artigo 13.º do Código Civil.

Secretaria de Estado do Tesouro, 11 de Março de 1981. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Mário Martins Adegas*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 316/81

de 2 de Abril

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, e nos termos dos n.ºs 1 e 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 354-B/79, de 18 de Dezembro, confirmada pela Resolução n.º 40/80, de 5 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Educação e Ciência e pelo Secretário de Estado da Reforma Administrativa, atribuir a equiparação a subdirector-geral ao seguinte cargo:

Inspector superior que dirige os Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar.

Ministérios das Finanças e do Plano, da Educação e Ciência e da Reforma Administrativa, 19 de Março de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*. — O Ministro da Educação e Ciência, *Vitor Pereira Crespo*. — O Secretário de Estado da Reforma Administrativa, *José Queirós Lopes Raimundo*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DA AGRICULTURA E PASCAS E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 317/81

de 2 de Abril

Considerando a necessidade de promover a rápida integração dos funcionários adidos nos serviços e organismos onde exerçam actividade e satisfaçam necessidades permanentes de serviço;

Considerando as orientações estabelecidas nesse sentido nos n.ºs 1, alínea c), e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 182/80, de 3 de Junho, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 326/80, de 26 de Agosto:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º

(Alargamento dos quadros únicos
de pessoal do Ministério da Agricultura e Pescas)

Os quadros únicos de pessoal do Ministério da Agricultura e Pescas aprovados pela Portaria n.º 515/80, de 13 de Agosto, são aumentados dos lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma.

2.º

(Entrada em vigor)

Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e da Reforma Administrativa, 9 de Março de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*. — O Ministro da Reforma Administrativa, *Eusébio Marques de Carvalho*.

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
6	Especialista, assistente de investigação e assistente de investigação estagiário	E, F e H
8	Engenheiro assessor principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	C, D, E ou G
6	Assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	C, D, E ou G
55	Engenheiro técnico agrário principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	F, H ou J
1	Técnico de administração principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe ...	F, H ou J
15	Agente técnico agrícola principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe ...	I, K ou L
1	Assistente técnico de 1.ª classe (a)	I
1	Professor de 5.º grupo (a)	I
1	Mecânico chefe (a)	K
3	Técnico auxiliar de serviço social principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	I, K ou L
2	Técnico auxiliar de agricultura e silvicultura principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M
12	Técnico auxiliar de pecuária principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	J, L ou M